

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Ipueiras

Vara Única da Comarca de Ipueiras

CEL. GUILHERMINO, S/N, PRAÇA DE CRISTO - CEP 62230-000, Fone: (88) 3685-1374, Ipueiras-CE - E-mail: ipueiras@tjce.jus.br

**DECISÃO**

Processo nº: **0200761-42.2022.8.06.0096**  
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**  
Classe: **Procedimento Comum Cível**  
Assunto: **Fornecimento de medicamentos e Tutela de Urgência**  
:

A petição inicial encontra-se na sua devida forma, atendendo as exigências previstas no art. 319 do Código de Processo Civil.

Defiro os benefícios da justiça gratuita, por estarem preenchidos os requisitos da Lei n.º 1.060/50, bem como do art. 98 e seguintes do CPC.

Cite-se o Requerido, para, no prazo legal, apresentar defesa.

Considerando a remota possibilidade de acordo, em razão da qualidade de pessoa jurídica de direito público do Demandado, regido, portanto, pelo princípio da legalidade estrita e considerando, ainda, os princípios da celeridade e da efetividade processual, deixo de designar a audiência de conciliação, prevista no art. 334 do CPC.

Ressalte-se, contudo, que fica oportunizado às partes requererem, a qualquer tempo, a designação da audiência de conciliação, caso haja possibilidade e interesse de composição amigável do feito, nos termos do artigo 139, V, do CPC.

Concernente à tutela, como se sabe, a Constituição da República tem como fundamento o princípio da dignidade humana (art. 1º, III) e consagra os direitos fundamentais à vida e à saúde, como se pode ver nos arts. 5º, caput; 6º e 196, estabelecendo a Carta Magna, no art. 23, II, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde, de modo que a tutela desse importante bem é dever do Estado e se insere no rol de competências administrativas comuns dos entes federados, conforme também se observa nos arts. 14, IX, e 15, II, da Constituição do Estado do Ceará.

Acerca da matéria, a jurisprudência é uníssona:



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Ipueiras

Vara Única da Comarca de Ipueiras

CEL. GUILHERMINO, S/N, PRAÇA DE CRISTO - CEP 62230-000, Fone: (88) 3685-1374, Ipueiras-CE - E-mail: ipueiras@tjce.jus.br

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 793. DIRECIONAMENTO DA OBRIGAÇÃO AO ENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA DISPONIBILIZAÇÃO DO TRATAMENTO. MEDICAMENTO NÃO PADRONIZADO. RESPONSABILIDADE DA UNIÃO. ESTADO DE MINAS GERAIS E MUNICÍPIO COMO “GARANTES”. - **O direito a receber atendimento digno e adequado de saúde é direito social, cabendo ao ente público assegurar o efetivo tratamento médico ao cidadão, nos termos dos arts. 6º, 23, II e 196, todos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988.** - O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do tema nº 793, firmou o entendimento de que a ação, que visa a disponibilização de tratamento médico pelo Poder Público, poderá ser proposta contra quaisquer dos entes públicos, conjunta ou isoladamente; contudo, para o cumprimento da decisão, a autoridade judicial deverá direcioná-la ao responsável pela disponibilização do medicamento ou do tratamento, de acordo com os critérios de descentralização e de hierarquização do sistema público de saúde. - O Estado de Minas Gerais e o Município de São Gonçalo do Pará não podem ser responsabilizados diretamente pela disponibilização de medicamento que não esteja incluído na Relação Nacional de Medicamentos do Componente Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica e na Relação Nacional de Medicamentos de Uso Hospitalar, conforme Portaria nº 3.047/19, emitida pelo Ministério da Saúde, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME 2.020), podendo atuar como "garantes", caso a União, que detém a responsabilidade para tanto, não o forneça voluntariamente. - Recurso desprovido. V.v. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Ipueiras

Vara Única da Comarca de Ipueiras

CEL. GUILHERMINO, S/N, PRAÇA DE CRISTO - CEP 62230-000, Fone: (88) 3685-1374, Ipueiras-CE - E-mail: ipueiras@tjce.jus.br

Desse modo, o cuidado da saúde é um dever constitucional do Estado, imputável a todas as esferas governamentais, e um direito fundamental do cidadão.

Nessa perspectiva, conclui-se que os entes públicos têm a obrigação de custear o tratamento e a internação da pessoa que deles carece, desde que comprovadas a necessidade e a urgência.

Na espécie, configuram-se os requisitos legais exigidos para a concessão da tutela de urgência antecipada, atinente à obrigação estatal de assistência à saúde dos pacientes (Art. 300 do CPC).

Com efeito, a (1) probabilidade do direito se verifica a partir do parecer nutricional, bem como relatório/atestado médico (Páginas 18 a 25), nos quais constata-se que o Antônio Enzo Bezerra Soares é portador de Glicogenose Hepática CID10: E74.0 e desenvolveu Doença de Crohn CID 10: K50.

O (2) perigo de dano se constata diante da possibilidade de agravamento do quadro clínico do menor, tendo em vista que apresenta comprometimento do íleo, cólon e presença de fístula anorretal, de modo que necessita, em caráter de urgência, do Suplemento Alimentar Modulon 400g.

A (3) exigência da reversibilidade dos efeitos da decisão é relativizada diante da irreversibilidade dos danos da denegação da tutela provisória ao Promovente, haja vista a primazia dos bens jurídicos da saúde e da integridade física do Demandante sobre o dispêndio de pequena fração dos recursos do Estado.

Ademais, consta parecer favorável do Ministério Público (Páginas 30 a 33).

Outrossim, existem diversas notas técnicas do e-NatJus (53174, 90849, 96071 e 102610) atestando que o produto objeto desta lide possui registro na ANVISA. Contudo, não está inserido no Sistema Único de Saúde (SUS).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Ipueiras****Vara Única da Comarca de Ipueiras**

CEL. GUILHERMINO, S/N, PRAÇA DE CRISTO - CEP 62230-000, Fone: (88) 3685-1374, Ipueiras-CE - E-mail: ipueiras@tjce.jus.br

Imperioso salientar que não pode o Poder Público se eximir da responsabilidade de custear tratamentos médicos, fornecer medicamentos, vedar a realização de exames à população ou de disponibilizar produtos, notadamente quando se apresentam como os únicos eficazes ao restabelecimento da saúde da pessoa e garantia de vida dignidade, independentemente de sua condição social, política e financeira.

No caso do medicamento não ser incorporado pelo SUS, o dever de dispensação pelo ente público percorre o preenchimento dos requisitos traçados pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso repetitivo sobre a matéria.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça esboçado no recurso repetitivo (Resp. 1.657.156 RJ), é dever do ente público o fornecimento de medicamento não incorporado na lista do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos os seguintes requisitos: 1. comprovação, por meio de laudo médico fundamentado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade do medicamento, bem como a ineficácia de outros fármacos fornecidos pelo SUS; 2. incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito e 3. existência de registro na ANVISA do medicamento.

Observe-se, também, o seguinte enunciado de Súmula da jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do Ceará:

“Ao Poder Público compete fornecer a pacientes tratamento ou medicamento registrado no órgão de vigilância sanitária competente, não disponibilizados no sistema de saúde.” (Súmula 45 – TJCE).

Conclui-se, assim, que o menor, devido a sua enfermidade, está em situação de risco e não tem condições para arcar com as custas da suplementação, que é urgente, conforme parecer nutricional (Página 18).

Isso posto, presentes os requisitos legais, concedo a antecipação de tutela, determinando ao Estado do Ceará que forneça ao Autor, no prazo de 30 (trinta) dias, o

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Ipueiras

Vara Única da Comarca de Ipueiras

CEL. GUILHERMINO, S/N, PRAÇA DE CRISTO - CEP 62230-000, Fone: (88) 3685-1374, Ipueiras-CE - E-mail: ipueiras@tjce.jus.br

produto solicitado na inicial, qual seja: 15 (quinze) unidades mensais do Suplemento Alimentar Modulen 400g, enquanto durar seu tratamento ou determinação posterior deste juízo, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Cumpra-se com urgência.

Expedientes necessários.

Ipueiras/CE, 11 de novembro de 2022.

**Sérgio da Nobrega Farias**  
**Juiz de Direito**